

Projeto de Lei nº 2019.

(Do Sr. Júnior Bozzella)

Acrescenta os § 3º e 4º ao art. 40 da Lei 10.741/2003, que dispõe sobre a gratuidade e descontos de passagens aéreas para idosos acima de 60 anos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - O Art.40 da Lei 10.741/2003, passa a vigorar acrescido dos parágrafos § 3º e 4º:

"Art.40.....

§1º.....

§ 2º.....

§ 3º A reserva de 3 (três) vagas gratuitas em cada aeronave para idosos acima de 60 anos; (NR);

I – A gratuidade será concedida aos idosos com renda de até dois salários mínimos; (NR);

II - Após excedidas as três vagas para idosos acima de 60 anos é garantido a eles o desconto de 50% sobre o valor da passagem aérea; (NR);

§ 4º - Pessoas com renda de até dois salários mínimos em deslocamento para tratamento de saúde em outro estado da federação será garantido o desconto de 50% sobre o valor da passagem, em caso de necessidade de acompanhante o mesmo desconto será garantido também a ele. (NR).

Art.2º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, garante o serviço especial à terceira idade, tendo em vista que muito já contribuíram com o país, o mínimo que deve ser feito a eles é proporcionar uma velhice mais digna e tranquila.

O Estatuto do idoso busca garantir aos idosos os seus direitos fundamentais, o direito à liberdade, respeito, dignidade, educação, cultura, esporte, assistência social, moradia digna, medidas de proteção e entre as proteções, outros direitos que prevê também a gratuidade e descontos.

Desta forma, entre os direitos garantidos pelo Estatuto dos idosos, há o reserva de vagas de passagens em transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários. Mas não há esta garantia de reserva de gratuidade por meio das companhias aéreas que são as mais ricas quando se trata de arrecadação em transportes de pessoas.

E, especificamente, esta proposição amplia o campo de gratuidade dos idosos com relação ao transporte público interestadual. Atualmente, existe a garantia de gratuidade no transporte coletivo interestadual, com reserva de duas vagas por veículo de transporte rodoviário, ferroviários e aquaviários para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos e desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos quando excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Esta gratuidade é como uma espécie de contrapartida social das empresas à sociedade, e neste caso, especificamente aos idosos. Todavia, essa gratuidade e desconto no transporte coletivo de idosos não abrange o transporte aéreo, desta

forma, este Projeto de Lei pretende garantir três lugares gratuitos a cada avião para idosos acima de 60 anos de idade, também prevê desconto de 50% sobre o valor da passagem aérea para idosos acima de 60 anos, após excedidas as três vagas gratuitas. Também dispõe que às pessoas com renda de até dois salários mínimos em deslocamento para tratamento de saúde em outro estado da federação será garantido o desconto de 50% sobre o valor da passagem, em caso de necessidade de acompanhante o mesmo desconto também será garantido ao acompanhante.

Sala das Sessões, em de julho de 2019.

Júnior Bozzella (PSL/SP)
Deputado Federal.